

PAISAGEM: CONCEPÇÕES, ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SIGNIFICADOS

Landscape: conceptions, morphological aspects and meanings

Vicente de Paulo da Silva

Professor Doutor do Instituto de Geografia da UFU

vicente@ig.ufu.br

Artigo recebido para publicação em 29/01/07 e aceito para publicação em 19/04/07

RESUMO: *O objetivo deste trabalho é discutir acerca do conceito de paisagem sob as perspectivas morfológica e de seu significado. Dessa forma é importante que se busque, inicialmente, entender o conceito sob as formas que se nos apresentam para, em seguida, analisá-lo do ponto de vista dos diversos significados que possam ser atribuídos a essa categoria. A paisagem apresenta várias dimensões privilegiadas por várias matrizes epistemológicas. Sendo assim, ela tem uma dimensão morfológica e uma dimensão funcional, uma dimensão espacial e uma dimensão histórica (CORRÊA E ROSENDAHL, 1998). De acordo com estes autores a dimensão morfológica é definida como um conjunto de formas criadas pela natureza, bem como pela ação humana, sendo que, ao apresentar relações entre as diversas partes, define-se a sua dimensão funcional. Essa ação humana, ao longo do tempo, definirá a dimensão histórica, enquanto que o fato desta ocorrer em certa área da superfície da terra atribui-lhe a dimensão espacial. Enfim, o fato de ser portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias, confere à paisagem a sua dimensão simbólica.*

Palavras-chave: Paisagem. Símbolos. Representações. Valores

SUMMARY: *The aim of this study is to discuss about the concept of landscape under the morphological perspectives and its meanings. Therefore, firstly it is important to look for to understand the concept as it is presented and, afterwards, analyze it from the point of view of several meanings that could be attributed to that category. The landscape presents several privileged dimensions through several matrixes. Therewith it has a morphological dimension and a functional dimension, a spatial dimension and a historical dimension. (CORRÊA E ROSENDAHL, 1998). According to these authors the morphological dimension is defined as a set of forms created by nature, as well as by human action, so that, when presenting relationships with several parts, it defines its functional dimension. That human action, along the time, will define the historical dimension, while its occurrence in certain earth surface area gives it the spatial dimension. At last, as a carrier of meanings and expressing values, beliefs, myth and utopia, the landscape has a symbolical dimension.*

Keywords: Landscape. Symbols. Representation. Values.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de um estudo teórico sobre a paisagem, para o qual foram privilegiadas nossas inquietações, dúvidas e interesses em buscar desvendar essa fascinante categoria de análise da Geografia. Mesmo considerando as diferentes dimensões da paisagem, neste trabalho foi dada ênfase, principalmente, às dimensões morfológicas e ao significado do estudo desta categoria.

Entendemos que é preciso contextualizar o debate a fim de embasar a proposta apresentada. É nesse sentido que o conteúdo inicial do tema, sob o título Origem Etimológica do Termo, se define como uma busca pelo entendimento da sua etimologia para, em seguida, discutirmos outros aspectos esclarecedores de seu conteúdo.

Em seguida, discutem-se as diversas perspectivas no estudo da paisagem, ocasião em que se acrescentam outras definições do termo com seu respectivo debate. Partindo de como surge, durante o renascimento, e qual era aí o seu conteúdo, até uma análise mais contemporânea do mesmo propõe-se, nessa parte, pensar acerca da contemporaneidade da paisagem, que elementos contribuem para que um objeto, de certa forma, já tão antigo, ainda permaneça nos dias de hoje, despertando a atenção da ciência.

Sob o título Da Morfologia, dedicamos especial atenção à dimensão morfológica. Nessa parte a obra de Carl O. Sauer (1998), será analisada mais profundamente, embora outros autores sejam também consultados. E, finalmente, num outro momento também atendendo à proposta apresentada, discute-se a dimensão simbólica da paisagem e, aí, a obra de Denis Cosgrove (1993), constituirá nosso principal objeto de análise do significado da paisagem.

Este trabalho não se caracteriza pela apresentação linear dos fatos tais como eles se deram, mas antes, por privilegiar o entendimento da paisagem hoje, como e por que se pode pensar numa contemporaneidade desse objeto no debate científico.

Sem perdermos de vista a sua história, seu passado, será possível perceber um ir e vir nos argumentos. Acreditamos que tal critério não seja prejudicial ao tema, pois, o contrário, ficar preso à análise do tema nos seus primórdios é que poderia levar a um desencontro com o presente — o nosso tempo.

Origem etimológica do termo

Brunet (1992), diz que a palavra paisagem, no seu sentido etimológico, é aquilo que se vê do país, o que pode ser compreendido como o que se tem ao alcance da vista; aproxima-se da palavra italiana *paesaggio*, que surge na pintura durante o Renascimento. Essa se refere ao que o olho abarca, ou capta, num único golpe de vista, o campo do olhar. A paisagem é, neste sentido, uma aparência e uma representação de objetos vistos e percebidos conforme o sujeito que os olham.

O mesmo dicionário expressa o lugar majoritário que essa categoria antes ocupava na geografia, conferindo a essa ciência o título afirmado pelos próprios geógrafos de a ciência das paisagens, ou que pelo menos, seu conteúdo devesse partir, necessariamente, dela.

Isso revela certa confusão na definição do termo levando a acreditar na existência de uma paisagem objetiva e reconhecível, ou seja, confundia-se a paisagem com os objetos materiais, dos quais é composta. Mas, atualmente os cientistas têm dado uma outra dimensão, ou antes, a devida atenção e profundidade ao sujeito.

Neste sentido, Berque (1994, p.5), diz que a paisagem não reside nem somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois. Esta relação coloca em jogo diversas escalas de tempo e espaço e implica tanto a instituição mental da realidade quanto a instituição material das coisas.

Schama (1996, p.20), também se referindo à etimologia do termo, fala da *landscape* e do quanto esse termo é significativo. A palavra *landscape* diz muito. Ela entrou na língua inglesa, junto com *herring*

(arenque) e *bleached linen* (linho alvejado), no final do século XVI, procedente da Holanda. E *landschap*, como sua raiz germânica *landschaft*, significava tanto uma unidade de ocupação humana — uma jurisdição, na verdade — quanto qualquer coisa que pudesse ser o aprazível objeto de uma pintura.

Sauer, também apresenta uma contribuição ao debate sobre a paisagem. Para este autor, o termo se apresenta com vistas a definir outro conceito: o de unidade da geografia, para caracterizar a associação peculiarmente geográfica dos fatos. Ela é definida aí como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais (SAUER, 1998).

Roger (1994, pp.217-218) remete-nos ao sentido etimológico do termo dizendo que jamais devemos esquecer que as nossas paisagens são aquisições recentes. O termo remonta ao final do século XV, em holandês, *landschap*, para designar, não um lugar natural, mas um quadro, os primeiros quadros de paisagem.

Essa idéia também aparecerá em Berque (op.cit., p.15), quando diz que a história, a lingüística e a antropologia entendem que a noção de paisagem não existiu nem em todos os lugares, assim como nem sempre existiu. Houve civilizações não paisagísticas — civilizações onde não se sabia o que era a paisagem: nada da palavra para o dizer, nada das imagens que a representam, nada de práticas testemunhando o que se lhes apreciam: logo, nada de paisagem.

Em Rougerie e Beroutchachvili também se encontram argumentos que, além de definir, mostram o fato de que a paisagem, da forma como a encaramos hoje, nem sempre existiu nem em todo lugar. Segundo os autores:

La récente sensibilization au paysage et les diverses motivations et conceptions qu'elle recouvre se sont coulées dans une notion déjà existante, mais aux contours peu définis, désignée par un mot aujourd'hui fortement

polysémique et au sens déjà peu précis et peu fixé dans le passé. Il n'a, d'ailleurs, pas toujours existé, ni partout (ROUGERIE & BEROUTCHACHVILI, 1991, p.13).

Sauer (op. cit.,16), em 1925, sugeria que se contentasse com a simples conotação da palavra grega que nomeia o objeto e que significa muito propriamente conhecimento de área. Os alemães a traduziram como *landschaftskunde* ou *länderkunde*, o conhecimento da paisagem ou das terras. Seu outro termo, *erdkunde*, a ciência da terra em geral, está rapidamente em desuso.

Bobek e Schmithüsen (1949), dizem que há um dualismo dos enfoques idiográfico e nomotético, característicos, respectivamente, da geografia das regiões (*länderkunde*) e da geografia da paisagem (*landschaftkunde*).

Será, entretanto, o Renascimento que possibilitará pensar em datar a origem e a difusão do termo paisagem e a partir daí pensar também os avanços pelos quais passaram o emprego do termo até chegar no ponto tal como ele se apresenta no momento aos cientistas. Considerar que o mesmo não é estático já abre possibilidades para se pensarem os avanços no debate e os caminhos repletos de transformações no conteúdo da paisagem moldados pelo movimento de uma modernidade.

DO DEBATE

O conteúdo da paisagem expressa considerável complexidade. O mesmo sugere que aí sejam incluídas outras discussões, igualmente importantes, mas que, embora contribuam com o debate e o entendimento, devemos nos precaver contra possíveis armadilhas no uso dos termos. Outros termos como o lugar, espaço, região, território, meio, entorno, devem ser tomados de forma isolada e, ao mesmo tempo, integradamente. Segundo Corajoud,

cette capacité d'isoler puis associer les innombrables termes qui composent un paysage, permet des explorations et des découvertes

infinis. Le paysage est inépuisable en sens qu'il offre une multitude d'indices qui nous indiquent ce qu'il est, ce qu'il était et ce qu'il peut devenir (CORAJOUR, 1982, p.40).

Berque (1983) busca o entendimento desses termos que, para ele, são ligados uns aos outros, embora a disciplina geográfica fale mais no espaço que nos outros três. Isto é, segundo o autor, a evidência de que os problemas ditos geográficos evoluem tanto na sua natureza como nas representações que deles fazem os geógrafos. Espaço, paisagem, meio e entorno, na perspectiva desse autor, são tratados como elementos do discurso geográfico (do ponto de vista do sujeito construindo seu objeto) e também dos aspectos da organização terrestre (o objeto).

Já foi assinalado que os pesquisadores têm atribuído uma outra dimensão e profundidade ao sujeito na e da paisagem. Da mesma forma que se difundiu o emprego do termo do Renascimento aos dias de hoje, uma outra dimensão, bem como novas contribuições, fazem com que o estudo da paisagem continue a fascinar os pesquisadores.

Aqui se propõe, a partir do entendimento dos conceitos relativos à paisagem, pensar o porquê dela ainda constituir-se em um objeto de pesquisa antigo e ao mesmo tempo atual, isto é, no debate busca-se a compreensão da temporalidade da paisagem e, por que não dizer, a sua contemporaneidade.

DEFINIÇÕES DE PAISAGEM

Para Robert (1996), a *paysage* se apresenta como parte de um país que a natureza apresenta a um observador; uma bela *paysage*! campestre, mediterrânea, paisagem urbana... Um estado da alma. Nessa definição fica visível a mesclagem dos elementos formadores da paisagem que são materiais, somados a uma subjetividade, ou o que chamam de elementos imateriais, ou ainda, culturais.

Sauer, quando diz que o termo paisagem é

apresentado para definir o conceito de unidade da geografia, define também uma equivalência entre esta e os termos *área* e *região*, embora em planos distintos, pois, segundo ele, a *área* constitui-se num termo geral e não distintivamente geográfico, enquanto a *região* passa a significar uma ordem de magnitude. O autor diz que "... a paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens, que constituem um sistema geral" (op. cit., p. 23).

Essa identidade da paisagem de que fala Sauer será determinada, antes de qualquer coisa, pela visibilidade da forma. Por outro lado, para Bobek e Schmithüsen, o conceito de paisagem sempre diz respeito ao conteúdo total de um setor da superfície terrestre na medida em que é acessível a uma compreensão nomotética.

Outra definição, dada por Daniels e Cosgrove, mostra como a paisagem revela todo um conteúdo simbólico. Segundo eles

A landscape is a cultural image, a pictorial way of representing, structuring or symbolising surroundings. This is not to say that landscapes are immaterial. They may be represented in a variety of materials and on many surfaces — in paint on canvas, in writing on paper, in earth, stone, water and vegetation on the ground. A landscape park is more palpable but no more real, nor less imaginary, than a landscape painting or poem. Indeed the meanings of verbal, visual and built landscapes have a complex interwoven history. (DANIELS & COSGROVE, 1988, p.1)

Por sua vez, Berque adota a idéia de que a paisagem corresponde ao conjunto visto de uma única olhada. Em sua definição ele nos diz: "le paysage ne se réduit pas aux données visuelles du monde qui nous entoure. Il est toujours spécifié de quelque manière par la subjectivité de l'observateur; subjectivité qui est davantage qu'un simple point de vue optique". (1994, p.5).

Para esse autor, o sentido de natureza e,

principalmente, o sentido de paisagem, são elaborações culturais, quer dizer, são aprendidos. À medida que se adquirem algumas maneiras de ver, falar e sentir poder-se-á, e só a partir daí, contemplar a paisagem, apreciar a natureza como convém fazê-lo.

O entorno, para Berque, está impregnado de nossa subjetividade e nele os indivíduos são apenas prolongados biologicamente. Isso levará o autor a propor o emprego do termo *meio* no sentido de relação de uma sociedade com seu entorno. Esse sentido será denominado por Berque como mediação, termo forjado da sua raiz latina de ‘milieu’, ou meio. A mediação anima, pois, a paisagem.

Em Fernand Braudel temos uma outra concepção de paisagem. Ele usa, em sua definição, a metáfora do corpo com uma clara conotação idílica. O fator tempo também é aí evidente e o termo “espetáculos oferecidos” conduz a uma visão de movimento, ou seja, não se pode pensar em uma paisagem que exista ad eternum: “as paisagens e espaços não são unicamente realidades presentes, mas também e amplamente sobrevivências do passado” (1989, p.25).

Paul Claval (1999) define a paisagem como sendo, na maioria das vezes, um produto não qualificado da ação humana. E diz que nenhuma concepção estética global presidiu sua elaboração e que a estética, ou a beleza, somente se exprimirá na escala das edificações, dos jardins ou parques, embora em apenas alguns casos seja aparente. Segundo Claval, “a paisagem nunca reflete, fielmente, todos os aspectos de uma cultura” (op. cit., p.314).

Para esse autor os geógrafos devem ler as paisagens a partir de três parâmetros se quiserem mensurar as dimensões culturais: um parâmetro funcional: compreensão das características naturais, formas de relevo em geral, vegetação nas zonas desabitadas; e, ainda, quando se tentava esclarecer a formação de paisagens agrárias. b) que os elementos observáveis eram, muitas vezes, heranças de situações passadas... e c) Elementos da paisagem traziam as marcas de técnicas características de

determinados grupos: forma das construções, tipo de cobertura, sebes ou muros.

A afirmação de Claval é de que foi ao inventário dessas características que se dedicou a geografia cultural americana, por exemplo. Em outro momento o autor também aborda o que chamamos temporalidade no estudo da paisagem, e contribui, assim, para o entendimento da questão anteriormente colocada sobre a contemporaneidade da paisagem enquanto objeto de estudo.

Como matriz da cultura, ou como uma das matrizes, a paisagem desempenha um importante papel na aquisição de conhecimentos, atitudes e reflexos dos quais temos necessidade para viver: “Ela constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar; ela fala da sociedade na qual se vive, e das relações que as pessoas aí estabelecem com a natureza...” (CLAVAL, 1999, p.92)

No Brasil, entre outros autores, destacamos também a contribuição de Santos, no debate sobre essa temática. Segundo sua definição “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores sons etc” (SANTOS, 1988, p.61).

A definição de Santos aponta para o fato de que a visão de paisagem pode se ampliar ou se deformar segundo o lugar em que se encontra o observador, no chão, no alto de um edifício, sobrevoando de avião e assim por diante. Isso também dará ao sistema cognitivo uma grande importância uma vez que um único fato poderá ser visto de várias maneiras por diferentes atores. “A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada” (op. cit., p.62).

A propósito da equivalência entre os termos paisagem e região, vistos em Sauer, Santos diz que essa equivalência só era assimilável em tempos bem

remotos. As transformações pelas quais passa o mundo não permitem mais, segundo ele, tal confusão entre os conceitos.

Há, conforme Santos, uma adequação da sociedade à paisagem, ou seja, a sociedade aí se encaixa, supõe lugares onde se instalam, em cada momento, suas frações. Assim sendo, pode-se afirmar que há uma relação entre a sociedade, e um conjunto de formas, materiais e culturais e quando há uma mudança social há, também, uma mudança dos lugares.

Santos, a partir da proposta de Sauer de que se considerassem dois tipos de paisagens, a natural e a artificial, se propõe a distinguir os dois conceitos. Ele argumenta que cada tipo é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas:

A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas...A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea (SANTOS, 1988. p. 64-65)

A paisagem aí não é criada de uma única vez, mas, segundo Santos, é criada em processos de acréscimos e substituições fazendo, assim, valer a metáfora de que uma paisagem é uma escrita sobre a outra, ou que a paisagem é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos e diferentes momentos.

O não ser criada de uma única vez remete

também à idéia de não permanência, ou seja, a paisagem constitui objeto de mudança, não é dada para sempre e, ainda, constitui uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Isso também aponta para uma idéia de movimento na paisagem que pode ser mais ou menos rápido.

Santos diferencia também a paisagem e o espaço da configuração territorial. A paisagem é parte da configuração territorial, mas não se confundem, antes se diferem. A configuração territorial é formada por uma constelação de recursos naturais e também de recursos criados. Já o espaço é a paisagem, mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita junto com a materialidade.

Em outro momento, seu discurso continua no sentido de garantir uma efetiva diferenciação no emprego dos termos paisagem e espaço e, ainda, de afirmar que a configuração territorial não é a paisagem, embora em muitos idiomas o uso dessas expressões seja indiferente. Tanto a paisagem quanto o espaço são, nas palavras desse autor, uma espécie de palimpsesto, que em função de acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe.

Ele afirma ainda que, considerada em si mesma, a paisagem é apenas uma abstração, mesmo considerando sua concretude como coisa material. E diz: sua realidade é histórica e lhe advém de sua associação com o espaço social. “É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente” (SANTOS, 1988, p. 88).

No trecho acima fica evidente que a sociedade, ao agir sobre o espaço, age não somente sobre os objetos como realidade física, mas, sim, como realidade social, formas-conteúdo, ou seja, objetos sociais já valorizados aos quais ela busca oferecer ou impor um novo valor.

Em Lucien Chabason (1989, p.290) os argumentos apontam para uma abrupta transformação, ou transformações, pelas quais passou a paisagem durante os anos 70 que, para ele, são radicalizadas de maneira visível: instalação de redes de linhas elétricas de alta tensão, ligação de linhas telefônicas nas zonas rurais, ou seja, uma série de mudanças características de um processo, recente, de transformação no espaço e também na paisagem.

Esse autor chama a atenção para o modo de inserção da paisagem urbana na paisagem rural, levando ao aparecimento de zonas indeterminadas onde se multiplicam os loteamentos, as 'grandes superfícies' com seus 'parkings', os entrepostos e os cartazes publicitários gigantes.

Quanto à questão da estética da paisagem, em meio às tantas transformações, Chabason diz que compreender as evoluções paisagísticas, é um problema que deve ser encarado como cultural e científico. Ela tem objeto e sujeito:

... elle est à la fois de l'ordre de l'espace concret et de nos représentations. Etudier un paysage, c'est décrire des formes, une composition, c'est rappeler l'occupation de l'espace par l'homme, analyser l'évolution de ce territoire. Mais c'est aussi restituer les représentations qui ont pu jouer leur rôle dans la constitution de ce paysage, et qui continuent à le jouer dans la perception que nous en avons (CHABASON, 1989, p.291).

Para Chabason, nossa representação ideal de paisagem é construída a partir do real, de nossa memória e das representações pictóricas que temos em mente. Por isso diz que a paisagem exprime no espaço um momento da estrutura social e uma leitura da paisagem permite uma percepção ou uma interpretação diacrônica da sociedade que lhe dá vida.

Vincent Del Rio contribui com o debate sobre a paisagem e diz que "cada vez mais, entende-se que essas distintas visões da paisagem são complementares; nenhuma pode sobreviver sozinha,

mesmo se há instâncias em que uma visão deve acabar tendo prevalência sobre outras" (1996, p.22).

Para ele falar de paisagem é fazer referência ao seu significado, como assinalamos antes, à sua dimensão simbólica. Segundo seu entendimento, hoje se busca um conceito de paisagem mais holístico, compondo-se os mais diferentes olhares sobre a paisagem, com vistas a compreendê-la sob diversos pontos de vistas, complementares e indispensáveis.

Um sentido moderno e ocidental para o entendimento da paisagem será o conteúdo das definições que se veremos com Soja (1993) e Relph (1987). Em Soja, é encontrada uma definição de paisagem em outra perspectiva, ou seja, em relação ao capital. Para ele "a paisagem tem uma textualidade que apenas estamos começando a compreender, pois só recentemente pudemos vê-la por inteiro e 'lê-la' com respeito a seus movimentos mais amplos e seus eventos e sentidos inscritos" (1993, p.191).

Soja também dirá que o capital nunca está só na moldagem da geografia histórica da paisagem e que também não deve ser aí o único autor ou autoridade. "Contudo, a paisagem descrita deve ser vista como uma paisagem persistentemente capitalista, com sua geografia histórica singular, sua própria estruturação espaço-temporal particularizada..." (p.192).

Relph (1987), por sua vez, analisa a paisagem, caracteristicamente urbana, comparando, ou melhor, diferenciando a paisagem urbana de hoje com a de outrora. Arranha-céus, automóveis, luz elétrica, aeroportos, vias expressas, *shopping centers*, entre outros tantos, constituem, segundo esse autor, símbolos que caracterizam a paisagem urbana moderna que não existiam na paisagem de cerca de, mais ou menos, um século atrás.

Modern landscapes deserve to be understood and appreciated. The changes that have been effected over the last century have, both in character and scale, been simply enormous. Like them or not, for the great majority of us

they are the context of daily life and therefore merit at least some small part of our critical attention. They are also, by almost any standard, one of the great constructive accomplishments of the modern age (RELPH, 1987, p.2).

O propósito desse autor, na referida obra, é mostrar quão significativo foi o conteúdo do desenvolvimento urbano num espaço de 100 anos. Ele define as paisagens como sendo substanciais, não podendo ser entendidas como espelhos que captam a imagem invisível do espírito dos tempos.

Segundo suas palavras elas são feitas em um contexto de idéias e crenças bem testadas sobre como o mundo funciona e como ele seria melhorado. Ele diz ainda que a paisagem urbana moderna é racional e artificial o que é outra forma de dizer que é intensamente humana; uma expressão do desejo humano e que é profundamente imbuída de sentido.

Na análise apresentada por Relph, o desenvolvimento urbano, tão acelerado em um século, foi impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico, como o aço estrutural, eletricidade comercial, automóveis etc., o que possibilitou formas de construção e modos de vida inteiramente diferentes.

A utopia foi posta a serviço de uma fecunda imaginação, nos anos de 1890, sobre o futuro das paisagens urbanas. A crescente inovação tecnológica acarretaria melhorias no conforto e na saúde da população; o socialismo sugeria que tais melhorias deveriam estar disponíveis de modo igualitário a todos; não seriam necessários dinheiro nem grandes cidades... mas a realidade, como aponta Relph, é outra:

... in reality capitalism and commercialised materialism have flourished, cities have expanded upwards and outwards, the socialism that has been most widely adopted is of the dull centralised type, and the technologies that have changed the look of the world have encouraged massiveness rather than personal responsibility and decorative art (RELPH, 1987, p.22).

Em Relph, vê-se toda uma trajetória, ou antes, uma história das cidades, das paisagens urbanas. De projetos e construções como o das cidades-jardins na Inglaterra, cujo conceito futurístico foi, na verdade, realizado em estilos tradicional e rústico. Esses estilos arquitetônicos, contudo, eram uma agradável mistura de reconstituição da identidade nacional.

Outros projetos como aponta Relph, foram propostos a partir de uma estética que fosse adequada para as máquinas e para onde as máquinas estariam. Opta-se, assim, por estilos padronizados de modernismo com formas geométricas e sem ornamentos. Por outro lado, criava-se, nas ruas e rodovias, uma outra paisagem; uma paisagem comum, sem nada de pretensioso em si.

DA MORFOLOGIA: PERSPECTIVAS NO ESTUDO DA PAISAGEM

Conforme argumentamos com Corrêa e Rosendahl (1998), a paisagem, dentre suas dimensões, é composta pela dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana. Uma grande contribuição aos estudos da morfologia da paisagem é encontrada na citada obra de Carl O. Sauer *A Morfologia da Paisagem*. Essa obra será a referência à nossa empreitada, ou seja, uma análise em que o trabalho de Sauer constitui o principal instrumento, a exemplo do que fez Corrêa (1989) em *Carl Sauer e a Geografia Cultural*.

“O modo de se estudar a paisagem é através do método morfológico” (SAUER, 1998; CORRÊA, 1988). Sauer diz que a constituição do método morfológico se dá a partir da agregação e do ordenamento dos fenômenos como formas integradas em estruturas mais o estudo comparativo dos dados dessa maneira organizados. A morfologia se baseia em três postulados, a saber:

1) que existe uma unidade de qualidade orgânica ou quase orgânica; ou seja uma estrutura para a qual certos componentes são necessários, esses

elementos componentes sendo chamados ‘formas’ nesse estudo;

2) que a semelhança de forma em estruturas diferentes é reconhecida em função da equivalência funcional, as formas sendo então ‘homólogas’; e

3) que os elementos estruturais podem ser dispostos em série, especialmente em seqüência de desenvolvimento, indo de um estágio incipiente a um estágio final ou completo (SAUER, 1998, p.31).

O estudo morfológico considera somente conceitos de unidades organizadas que estão relacionadas. O termo, em verdade, tem origem em Goethe e exprime a sua contribuição à ciência moderna. Para Sauer o método constitui-se num “sistema puramente evidencial, sem qualquer idéia preconcebida no que diz respeito ao significado da sua evidência, pressupondo o mínimo de suposição, ou seja, somente a unidade da organização estrutural” (SAUER, 1998, p. 32).

Aplicado na biologia e nas ciências sociais como a antropologia, foi na história que talvez tenha realizado um empreendimento mais pretensioso de aplicação às ciências humanas. Na maneira abordada por Spengler ele caracteriza as formas que compõem as grandes estruturas históricas, identificando-as em diferentes períodos como homólogas e traçando seus estágios de desenvolvimento.

Na geografia, foi introduzido por Carl Ritter que lança as bases para o estudo regional comparativo. E o estudo morfológico, a partir daí, se reduz a considerar a forma superficial do terreno. Está, assim, lançada a base da chamada pesquisa genética sob a denominação de geomorfologia.

Segundo Sauer, o conteúdo apropriado dessa forma indébita levou a que alguns especialistas perdessem quase completamente a visão das formas reais da terra e se dedicassem à construção de formas teóricas deduzidas de processos físicos individuais. Isso foi considerado por Sauer como uma derrota quase completa dos objetivos geográficos sendo

depois restabelecidos por Vidal de la Blache ao perceber a situação.

O que se denomina apropriação indébita do termo e sua aplicação na definição da morfologia como um estudo causal das formas de relevo surge das considerações a seguir:

1) O relevo é somente uma categoria da paisagem física e geralmente não é a mais importante; ele quase nunca fornece a base completa de uma forma cultural.

2) Não existe necessariamente uma relação entre o modo de origem de uma forma de relevo e o seu significado funcional, o assunto com o qual a geografia está mais diretamente envolvida.

3) Uma dificuldade inevitável com uma morfologia puramente genética das formas de relevo é que a maior parte das características reais do relevo terrestre é de origem muito complexa (SAUER, 1998, p.35).

Sauer expõe os passos do estudo morfológico aplicado à geografia e, a propósito de uma terminologia descritiva, dirá que se a descrição sistemática é o que se busca na geografia, ainda somos de uma grande carência em relação a outras ciências, em consequência da tradição idiográfica de descrição não relacionada e a preferência, na geografia, por estudos de processos que minimizaram a multiplicidade real das formas.

A idéia de paisagem aí está diretamente ligada à idéia de tempo e relacionada ao espaço. Isso, relacionado à ação humana, permitirá que se pense em paisagem natural, aquelas anteriores à ação do homem, e a paisagem cultural, consideradas a partir da intervenção do homem. As paisagens naturais, dizia Sauer, praticamente não existem mais, mas ele dirá também que sua compreensão e reconstrução constituem a primeira parte da morfologia formal.

Sauer (1998, p.44) passa então a apresentar os argumentos da formação de uma paisagem natural

e da paisagem cultural, iniciando-se pela primeira. As formas da paisagem natural envolvem primeiramente os materiais da crosta terrestre que determinaram em alguma medida importante, as formas da superfície. É usual aí a aplicação da base geognóstica com vistas à análise dos materiais subjacentes à superfície, e uma base climática.

Em muitos casos, ao afirmar que sob um determinado clima uma paisagem típica desenvolve-se ao longo do tempo, o clima poderá, em última análise, invalidar o fator geognóstico. O tempo é também um fator fundamental determinando o caráter da paisagem.

Como forma, o clima é expresso em área, é o somatório das características atmosféricas da área, sendo de primordial importância na estrutura física da paisagem. Formas da terra na paisagem natural, formas do mar e da vegetação são fatores morfológicos, apresentados por Sauer, o qual concluirá que se referem à composição inorgânica da paisagem.

Essa composição, ao ser submetida à ação antrópica, é alterada e, em muitos casos, destruída. O homem, como coloca o autor, é o fator morfológico mais importante. A partir daí Sauer expõe os argumentos para a compreensão das paisagens culturais. Um campo, até então, não cultivado, a paisagem cultural é, para o autor, a área geográfica em seu último significado.

A paisagem cultural, como diz, é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. E aí “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1998, p.59).

Aplicada aos ramos da geografia, a disciplina morfológica permite a organização dos campos dessa como ciência positiva. É daí que Sauer passa a abordar o significado da área com a perspectiva subjetiva. Mesmo aí encontrou divergências, como na geomorfologia e na fisiografia.

A geomorfologia considera tão somente as

formas topográficas, cujo conteúdo foi mais densamente definido por Penck, que incluiu as formas: planícies, colinas, vales, bacias, montanhas, cavernas, litorais, leitos de mar, ilhas, estudadas em relação à sua derivação, e não em relação ao significado do uso.

Rougerie, nesse sentido, diferencia, em Geografia das Paisagens, uma geomorfologia tradicional e uma geomorfologia recente quando diz que:

Para a geomorfologia tradicional, o estudo das paisagens consistiu em desvendar as relações entre as formas de relevo e a estrutura: foram assim catalogadas e explicadas famílias de volumes, relevos de cuestas, relevos Kársticos, de embasamento...

A geomorfologia recente se tornou consciente das diferenciações dos fatores erosivos de acordo com os meios, e o estudo das paisagens emprestou grande ênfase ao exame dos modelados, num quadro climático: modelados periglaciais, modelados tropicais úmidos... (ROUGERIE, 1971, p.8)

Paul Vidal de la Blache (1956) dizia que o homem cria formas sobre a superfície terrestre, bem como, transforma a matéria natural, devido a um processo de trocas mútuas entre o homem e a natureza: o homem tem suas necessidades condicionadas pela natureza e é nela, ou nos materiais e condições que oferece, que ele busca satisfazer tais necessidades.

Outras contribuições sobre a morfologia da paisagem são encontradas, por exemplo, em Bobek e Schmithüsen. Eles dirão que a matéria e a forma permitem definir a paisagem em função de sua estrutura e de sua dimensão espacial. A energia, bem como o tempo, são considerados na definição da paisagem. Segundo esses autores, “A partir do ponto de vista da energia, podemos defini-la [a paisagem] por sua trama funcional ou dinâmica interna e por sua ecologia. A partir do ponto de vista do tempo, podemos defini-la por sua história ou sua gênese” (1998, p.78).

“A cada evento, a forma se recria. Assim a forma-conteúdo não pode ser considerada, apenas, como forma, nem, apenas, como conteúdo”. (SANTOS, 1988, p.83). Essa fala intenta mostrar que a forma é praticamente inseparável do conteúdo. O autor diz que a paisagem será expressa por um conjunto de formas, que exprimem, num certo momento, as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. É aí, então, que sugere que se pense em forma e conteúdo, ou forma-conteúdo, conjuntamente.

DENIS COSGROVE E O SIGNIFICADO SIMBÓLICO DA PAISAGEM

A dimensão simbólica da paisagem é expressa por seus valores, crenças, mitos e utopias, os quais revelam o seu significado. Corrêa e Rosendahl (1998) dirão que seus inúmeros significados, bem como a complexidade de que é formada, têm permitido ao geógrafo falar em paisagem sagrada, profana, paisagem vitrine, paisagem do medo, do desespero. É ainda com esses autores que se dirá:

Decodificar o significado da paisagem geográfica é, efetivamente, a tarefa do geógrafo, tarefa que vai além do seu estudo morfológico e que permite estender o estudo de paisagem não apenas às áreas agrícolas mas às paisagens urbanas dos shopping centers, das favelas, dos condomínios, das áreas industriais, assim como às paisagens dos monumentos e às impressas na pintura. Afinal de contas, a paisagem, este objeto geográfico e portanto da geografia, está em toda parte (CORRÊA e ROSENDAHL, 1998, p. 11).

A paisagem simbólica encontra em Denis Cosgrove, um grande expoente de seu significado. Sua obra *Geography is Everywhere: culture and symbolism in human landscape*, constitui-se numa grande contribuição aos estudos que visam a discutir o significado da paisagem. É aí, inclusive, que se encontram as raízes da afirmação de Correa e Rosendahl de que a geografia está em toda parte. A referida obra de Cosgrove será, nesta parte de nossa

empreitada, de fundamental importância. Tanto que a ela é dedicada atenção especial.

Cosgrove (1998), diz que a cultura e o simbolismo são comuns de ser tratados pelos geógrafos da Grã-Bretanha. Mas fala, também, de um não raro funcionalismo utilitário na explicação geográfica aí empregada que, se por um lado, atende aos objetivos propostos, por outro, é capaz de perder o bonde, dentre outros, do significado contido na paisagem humana. Isso, segundo o autor, tende a reduzir a paisagem a uma impressão pessoal de forças demográficas e econômicas.

Uma abordagem humanística da geografia e, por conseguinte, da paisagem, será a tarefa de Cosgrove, na obra em apreço, quando propõe maneiras de tratar a geografia como uma humanidade e como ciência social.

A palavra paisagem, como já assinalado, surge no Renascimento para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seu ambiente. É também nesse período que, segundo Cosgrove, a pintura das paisagens aparece pela primeira vez na Europa como uma expressão popular, acompanhada por uma arte florescente de incluir a paisagem na poesia, representação teatral, jardins e na concepção de parques. Cosgrove dirá também que nessa época eram construídas as chamadas paisagens humanas racionais nas capitais, como Roma, São Petesburgo e Paris.

Cosgrove (1998, p.100) diferencia a aplicação do termo paisagem de outros como lugar, espaço ou meio quando diz que a paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiúra, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda.

Usando a metáfora do tomate como sendo um objeto natural, o qual ao ser colhido e transformado em alimento passa a ser um objeto cultural, argumenta-se em favor do significado cultural atribuído ao objeto que, em momento algum, lhe destituía das propriedades naturais. Isso pensado, em termos da paisagem também não será diferente, pois

“revelar os significados na paisagem cultural exige certa habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, representar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos...” (COSGROVE, 1998, p.103).

O papel da linguagem, como destaca o autor, é primordial para que se compreendam as expressões impressas por uma cultura em sua paisagem. Todas as paisagens são simbólicas, apesar de que a ligação entre o símbolo e o que ele representa, seu referente, pode parecer muito tênue.

O símbolo influenciará, inclusive, no comportamento de maneira que chega a ser espontâneo: como se vestir para diferentes eventos, andar em um parque, como proceder nos lugares freqüentados por outros. Nesse sentido argumenta que “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem” (p.103).

Cosgrove aborda também o papel desempenhado pelo geógrafo no ato de decodificar os significados simbólicos da paisagem, em que o método passe pela leitura detalhada do texto — a paisagem mesmo — cujos caminhos principais são o trabalho de campo e a elaboração e interpretação de mapas. A busca de evidência ou, conforme o autor, busca desinteressada de evidência, deve ser visada pelo pesquisador, neste caso o geógrafo, para uma verdadeira reflexão do texto.

O autor aponta para a importância da linguagem nesse ato, pois esta será invocada à fim de transmitir o significado simbólico da paisagem. No ato de representar uma paisagem, palavras escritas e mapas, que são códigos simbólicos, são as principais ferramentas de nosso ofício.

Enfim, Cosgrove, retoma a perspectiva da cultura como poder e discute culturas dominantes, residuais, emergentes e excluídas; cada uma com papel e impacto diferente sobre a paisagem humana.

Na conclusão desta discussão encontra-se a resposta para a inquietação inicial sobre o porquê de o tema paisagem ainda atrair, nos dias de hoje, a atenção da ciência e, aqui se especifica, da ciência geográfica em particular, quando se entende que:

As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significados. Grande parte da geografia mais interessante está em decodificá-las. É tarefa que pode ser realizada por qualquer pessoa no nível de sofisticação apropriado para elas. Porque a geografia está em toda parte, reproduzida por cada um de nós. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmos. Uma geografia efetivamente humana é uma geografia humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de uma educação humanística: melhor conhecimento de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos (COSGROVE, 1998, p. 121).

Isso conduz a pensar na paisagem como uma representação da identidade, quiçá, a nossa identidade. Acreditamos que seu conteúdo não se esgota, como também não se encerra naquilo que se vê da paisagem.

Aí também se revelam aspectos da complexidade do tema; não se fala, jamais, unicamente de paisagem, ou seja, ela deverá ser sempre vista em relação ao sujeito. Logo, falar de paisagem é falar sim de nós mesmos. Seus valores são determinados como aquilo que para o sujeito, representa de fato, um valor; sua beleza ou, conforme palavras de Cosgrove, sua feiúra, dependem do sujeito que a vê, ou seja, é um estado da alma.

OS VALORES DA E NA PAISAGEM

Sauer (op. cit., p.29), falando sobre o valor de habitat da paisagem, dirá que este valor é base para definir o próprio conteúdo da paisagem. As qualidades físicas da paisagem são aquelas que têm valor de habitat, presente ou potencial.

Em Brunet encontram-se também outros argumentos que definem os valores da paisagem. “Ces valeurs se diffusent et se généralisent d’autant plus que les paysages sont montrés, commentés et médités” (BRUNET, 1992, p.337). A mesma obra atribui à paisagem um valor de uso, valor de mercado, um valor de conservação e sua transformação em valor político e, ainda, um valor de integração.

O valor de uso, aí empregado, se refere à familiaridade com os lugares. A paisagem se torna patrimônio e, então, lhe é atribuído um valor afetivo, um valor que se expressa mais como estado da alma que um estado do lugar.

Como valor de mercado ela é vendida e, por vezes, é alienada. Ela é vista no todo, ainda que recortada em frações. Ela é produzida e muitas vezes inventada por empresários a fim de lhes atender a objetivos financeiros, e se torna aí um fruto da concupiscência.

O valor de conservação aponta para a estética da paisagem que, como se pode dizer, é conservadora por definição. Quando se trata de uma paisagem rural, esta será contemplada pelos moradores da cidade, embora produzida por outros. Já se tratando da cidade a paisagem aí construída servirá, inclusive, de símbolo a campanhas eleitorais, atribuindo-lhe, dessa forma, um valor político. Quanto ao valor de integração a comunidade criada dos estereótipos unificadores, das paisagens simbólicas, encontra nestas os seus símbolos.

Vincent Berdoulay diz que é nas sensibilidades culturais que, no caso, os geógrafos encontram o palimpsesto dos valores passados, da paisagem, como os exibem os valores atuais. “Mas os valores discerníveis na paisagem não são eles apenas projeção da cultura que os toma em mudança? Responder pela afirmativa requeria ignorar a ação geográfica das populações e seu papel ecológico” (BERDOULAY, 1983, p. 392).

Numa outra abordagem, Claval (1999), trata de esferas de valores como um componente da

cultura. A esfera de valores corresponde a “uma construção individual informada pelo plano histórico e espacial subjacente no qual a pessoa se insere... modificar certos valores pode colocar em questão o conjunto do edifício” (CLAVAL, 1999, pp.68-69).

Finalmente em Cosgrove (1993) há o entendimento de que como qualquer outro meio, a paisagem pode ser interpretada em quaisquer aspectos da atitude e das crenças humanas escolhidos. Como símbolo ela é um repositório de significado; como mito é passada, através dos tempos, às gerações; Como espetáculo é passível de ser representada no teatro, na pintura, na arte em si.

DOS SÍMBOLOS, MITOS E REPRESENTAÇÕES

Rougerie e Beroutchachvili (1991), apontam o Renascimento também como um marco de uma concepção estética da paisagem. A estética diz respeito à arte da pintura. É no meio artístico e, especialmente, nas artes gráficas que nasce a tomada de consciência do tipo de espetáculo que pode dar a paisagem. Anunciada timidamente no século XV a representação de paisagem cede lugar ainda a figuras simbólicas, alegóricas e, mesmo, a paisagem-decoração inteiramente reconstruída para servir de ornamento ao sujeito central antropomórfico.

É na Holanda, contudo, no século XVII que, de fato, é criada a arte da paisagem, que Rougerie e Beroutchachvili dirão ser a arte da qual uma particularidade é romper com os sujeitos habituais da antiguidade mitológica ou judeu-cristã. A paisagem, enfim, é tomada por sujeito do quadro e, por vezes, utilizada como pretexto, quase símbolo, ao domínio do mar, por exemplo.

Enquanto uma arte gráfica, grosso modo, ocidente e oriente se opõem na forma de conceber as relações homem-cosmos, traduzidas por uma relação ou concepção de natureza. E assim, via-se uma natureza cheia de forças obscuras e inimigas para as antiguidades mediterrâneas; natureza oposta à divindade, natureza demoníaca para algumas

concepções cristãs; natureza da qual se defendiam cidades antigas e medievais: é sempre um entorno de perigo, hostilidade e incomunicabilidade no ocidente, enquanto o oriente vive em comunicação com a natureza e a tem como um de seus elementos constitutivos.

Contudo, rompida a cosmologia arcaica, conforme palavras de Schama (1996), na qual a terra inteira era tida como sagrada e o homem apenas um elo na longa cadeia da criação, tudo terminou com alguns milênios a mais ou a menos. É nesse sentido que aqui se busca um debate mais recente quanto ao significado simbólico na paisagem.

Na tradição americana, contudo, o estudo da paisagem é, por assim dizer, uma referência à natureza. Assim, Neil Smith (1988, p.35) diz que a natureza é o símbolo mais nítido e revelador dessa tradição. Ele define como simbólica essa característica no chamado novo mundo em oposição também ao chamado velho mundo onde, segundo ele, os símbolos sociais dominantes tomaram sua força e legitimidade na história.

Os símbolos, no novo mundo, diz Smith, investiram na natureza e, conseqüentemente, a experiência americana da paisagem do século XIX, acaba sendo uma viagem em direção à natureza. São os indícios da anexação da natureza pela cultura.

Mas é Schama quem aponta para os sentimentos de lamentação, da anexação da natureza pela cultura, como no caso dos historiadores do ambiente, por exemplo. “Conquanto não neguem que a paisagem possa, realmente, ser um texto em que as gerações escrevem suas obsessões recorrentes, eles não exultam com isso” (SCHAMA, 1996, p.23).

A hipótese de Schama, para definir um momento onde se deu a passagem ou a nova relação do homem com a natureza, é de que a agricultura intensiva com vistas a alimentar uma demanda populacional cada vez maior, exigiu mais inovação tecnológica, o que levou a exaurir os recursos naturais, impulsionando cada vez mais o ciclo exasperado de

exploração ao longo de toda história do ocidente.

Nesse sentido, também Hilary Birks (1988) dirá que no noroeste europeu a paisagem cultural tradicional está desaparecendo de forma rápida em conseqüências de mudanças provenientes da agricultura ou silvicultura intensiva moderna.

Schama propõe uma nova maneira de olhar, de redescobrir a qualidade imaginativa e criativa do ser. O objetivo é revelar a riqueza, a antigüidade e a complexidade da tradição paisagística, ao invés de postular o caráter mutuamente exclusivo da cultura e da natureza ocidentais. Ele pretende mostrar a força dos elos que as une uma vez que nem todas as culturas abraçam natureza e paisagem com igual ardor e as que abraçam conhecem fases de menor ou maior entusiasmo.

Como resposta aos textos que proclamam a evolução da cultura no ocidente e, conseqüentemente, da própria paisagem, Schama dirá que essa evolução embora tenha levado ao abandono dos mitos da natureza, esses, na verdade, nunca desapareceram, “Se, como vimos, toda a nossa tradição de paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões” (SCHAMA, 1996, p. 24).

Sobre o papel dos mitos na cultura, Tuan (1983, p.96) diz que ele é sempre contrastado com a realidade. Os mitos não são coisas do passado, porque o conhecimento humano permanece limitado. Hoje em dia os mitos políticos são tão comuns quanto as ervas daninhas. O mito não é uma crença que possa ser facilmente verificada ou negada pela evidência dos sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da paisagem ao que se percebe, após essas ponderações, pode revelar a história de grupos humanos uma vez que se entende que esta reflete a cultura, o modo como vivem as pessoas com o seu entorno. Logo, é a própria história do

homem que se traduz nessa categoria.

Se de início afirmamos a materialidade desse objeto, dado ao seu aspecto visível e palpável é, contudo, no seu lado talvez mais invisível, que se expressa o caráter dinâmico que definirá, inclusive, o que será visto e revelado pelo olhar. O homem participa desse processo, tanto como agente morfológico quanto do significado.

Atrelada a uma gama de termos, como espaço/lugar/território etc., os quais constituem, também, objetos de estudos com definições próprias e independentes, porém complementares, a paisagem que então se apresenta, de início, como simples de se estudar é, na verdade, um objeto de extrema complexidade. Passível de enganar e não revelar, de fato, seu conteúdo.

Falar de paisagem é falar de afetividade, de sentimentos de imagens e representações. Falar de lugar, ou lugares, não é diferente. Frémont (1984) dirá que a prática dos lugares integra toda uma afetividade, talvez até um inconsciente das representações, as quais se afirmam na paisagem como redes de signos, como emblemática geográfica.

A partir das diversas sugestões dos autores que se dispõem a estudar a paisagem, é possível ver definições que a consideram como concreta e, ao mesmo tempo, abstrata. Aqui se opta pela definição de que ela seja concreta e que seu conteúdo, esse sim, é composto por elementos concretos e abstratos. Concreta por sua característica de deixar que seja vista, tocada, pisada. E abstrata por ser produto de uma relação em que é vista, consumida, contemplada, vivida.

O que se vêem, o que contemplam, são basicamente imagens e não, exatamente, a realidade. Como imagem ela pode se alienar, ser vendida, manipulada; servir a grupos econômicos, como empresas de turismo para quem a imagem é essencial, imprescindível para seus negócios.

A imagem aí, muitas vezes, é passada como

sendo o real quando, na verdade, é visão, talvez menos de mundo, mas muito de negócio. Ela é, pois, o simulacro e não exatamente o objeto. É a forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações, para falarmos conforme Raffestin (1993).

O próprio Raffestin, referindo-se ao poder das imagens, dirá que elas revelam as relações de produção e, conseqüentemente, as relações de poder e que é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Concretamente podem se apresentar, inclusive, como uma extensão do território; como símbolo é também um lugar. Daí algumas confusões no uso dos termos. Seu lado simbólico é a expressão, a projeção, ou a externalidade do ser interior — do homem.

Essa semelhança entre os termos, como se mostrou aqui com o lugar/paisagem e território/paisagem, não se dá aleatoriamente. A confusão, a qual levou muitos autores a não distingui-los, não se traduz por mera ignorância, isto é, na verdade a evidência da complexidade que é falar da paisagem, assim como da complexidade da própria geografia, ciência complexa por princípio. (MORIN, 2000).

Em nenhum dos casos aqui utilizados como exemplos deverá ser pensado em sujeito e objeto distintamente, mas sempre em uma relação de reciprocidade, de convivência, de cumplicidade. É a partir daí que se pode afirmar que a paisagem, objeto deste estudo, será sempre contemporânea. Ao atribuir-lhe significados, passa-se a ter representações de modos de vida e, logo, projeções da humanidade, aqui tomada como condições de ser *humano*.

A paisagem é, assim, um campo fértil de estudos que deve ser valorizado e incentivado, pois no sentido em que aqui foi tomada, como projeção da própria humanidade, seu estudo termina por ser uma auto-reflexão.

REFERÊNCIAS

BERDOULAY, Vincent. Les Valeurs Géographiques.

BAILLY, A. et al (orgs.). In: **Encyclopédie de Géographie**. Paris: Econômica, 1983.

BERQUE, Augustin (org.) **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Paris: Champ Vallon, 1994. 123p.

_____. Espace, milieu, paysage, environnement. BAILLY, A. et al (orgs.). In: **Encyclopédie de Géographie**. Paris: Econômica, 1983.

_____. **Être humaine sur la terre**. Paris: Gallimard, 1996. 212p.

BIRKS, Hilary H. et al. **The cultural landscape – past, present and future**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. 521p.

BOBEK, Hans; SCHMITHÜSEN, Josej. A paisagem e o sistema lógico da geografia. 1949. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural**. In: **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: 1998. p. 75-83.

BRAUDEL, Fernand. **A Identidade da França**. V.1, Porto Alegre: Globo, 1989. 318p.

BRUNET, Roger, FERRAS, Robert, HERVÉ, Théry. **Les mots de la géographie: dictionnaire critique**. Montpellier: Reclus, 1992. 470p.

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. 453p.

_____. A Geografia Cultural: O Estado da Arte. CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.) Manifestações da cultura no espaço. In: **Revista Geografia Cultural**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 59-97.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a Geografia Cultural. In: **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: 51 (1), jan./mar. 1989. p. 113-122.

CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (org.). Apresentando leituras sobre Paisagem, tempo e cultura.

In: **Revista Geografia cultural** Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 7-11.

COSGROVE, Denis. **The palladian landscape: geographical change and its cultural representations in sixteenth-century Italy**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press University Park, 1993. 270p.

DANIELS, Stephen, COSGROVE, Denis. **Iconography and landscape: Essays on the Symbolic Representation Design And of Past Environments**. Cambridge: Cambridge Univ. Fac. Ung, Cent. Comp. Div. Invest., 1988. 318p.

DEL RIO, Vicente. Paisagens, Realidade e Imaginário: A percepção do Cotidiano. Goya, C. R. Y. (coord.). In: **Visão interdisciplinar sobre o estudo da paisagem: a percepção do cotidiano**. Bauru: UNESP, 1996. p. 21-27.

FRÉMONT, Armand. Lieux, Classes, Cultures, Mobilités. In: **Geographie Sociale**. Paris, 1984. p.161-182.

MORIN, E; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000. 263p.

RAFFESTIN, Claude. Écogénèse Territoriale Et Territorialité. AURIAC, F., BRUNET, R. In: **Espaces, jeux et enjeux**. S.L., Fondation Diderot/Fayard, 1986. p. 173-185.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RELPH, Edward. **The modern urban landscape**. London & Sydney: Croom Helm, 1987. 279p.

ROBERT, Paul. **Le nouveau petit Robert**. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Vol 1, 1996. 2551p.

ROUGERIE, G. e BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes e paysages. bilan et méthodes**. Pa-

ris: Armand Colin éditeur, 1991.

ROUGERIE, G. **Geografia das paisagens**. São Paulo: Saber Atual, 1971. 134p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z (orgs.). Geografia Cultural. In: **Revista brasileira de geografia**, Rio de Janeiro: 1998. p. 75-83. p.12-74.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 645p.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 324p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983. 250p.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Princípios de geografia humana**, Lisboa: Cosmos, 1956.